

USO DIDÁTICO DO TERRITÓRIO E DO PATRIMÓNIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nuno Martins Ferreira

Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Educação
Departamento de Ciências Humanas e Sociais
nunoferreira@eselx.ipl.pt

Luís Mendes

Assistente Convidado do Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Educação
Departamento de Ciências Humanas e Sociais
luism@eselx.ipl.pt

Sandra Pereira

Mestranda do Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Educação
Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º CEB
sandrafilipapereira89@gmail.com



Uso Didático do Território e do Património na Formação de Professores

Nuno Martins Ferreira

Luís Mendes

Sandra Pereira

Historial do artigo:

Recebido a 27 de abril de 2018

Revisto a 17 de maio de 2018

Aceite a 20 de maio de 2018

RESUMO

A unidade curricular de Temas da História e Geografia de Portugal, do mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º CEB, da Escola Superior de Educação de Lisboa, tem como principais objetivos de aprendizagem o aprofundamento, o estudo e análise de temas do Meio social, a partir da História e Geografia de Portugal (HGP); o reconhecimento das potencialidades da história local/regional e da geografia dos lugares para o estudo/investigação da HGP; o desenvolvimento de técnicas e procedimentos de investigação em História e Geografia; e a conceção e planificação de projetos de investigação, a partir de temas da História e Geografia, com um enfoque local.

Os estudantes são convocados a desenvolver um trabalho de pesquisa que parta das potencialidades de alguns temas e dos recursos patrimoniais que o Meio oferece. O projeto de investigação que aqui se apresenta tem como tema as feiras medievais e procurou compreender a sua importância espaço-temporal na HGP, bem como a sua recriação na atualidade, à luz de um quadro conceptual crítico da patrimonialização enquanto 'invenção da tradição'. A partir da investigação feita em torno destas questões, que em termos metodológicos recorreu a pesquisa bibliográfica, a trabalho de campo e ao questionário, fez-se uma proposta de preparação e recriação de uma feira medieval.

Neste texto, expõe-se a questão de partida, bem como a identificação e caracterização do problema, em que se explicitará as questões secundárias e a metodologia adotada. Far-se-á um enquadramento teórico, com o desenvolvimento de alguns conceitos-chave e apresenta-se uma proposta de atividades planificadas com o objetivo de trabalhar as feiras históricas numa turma do 1º CEB.

Palavras-chave: Feiras medievais; recriação histórica; território; património; Ensino da História e da Geografia; 1º Ciclo do Ensino Básico.

ABSTRACT

The curricular unit of Themes of History and Geography of Portugal, of the master degree in Teaching of the 1st Cycle of Primary Education and of Portuguese Language and History and Geography of



Portugal in the 2nd Cycle of Primary Education, in Superior Education School of Lisbon, has as main learning objectives the deepening, study and analysis of themes of the social environment, based on the History and Geography of Portugal (HGP); the recognition of the potential of local / regional history and the geography of places for the study / investigation of HGP; the development of research techniques and procedures in History and Geography; and the design and planning of research projects, based on themes of history and geography, with a local focus.

Students are invited to develop a research project based on the potential of some themes and the heritage resources that the environment offers. The research project presented here has as its theme the medieval fairs and sought to understand its spatio-temporal importance in the HGP, as well as its re-creation today based on a critical conceptual framework of patrimonialization as "invention of tradition". Based on the research carried out around these questions, which in methodological terms resorted to bibliographical research, field work and questionnaire, a proposal was made to prepare and recreate a medieval fair.

In this text, we present the starting point, as well as the identification and characterization of the problem, which will explain the secondary issues and the methodology adopted. A theoretical framework will be present, with the development of some key concepts and a proposal of planned activities with the objective of working the historical fairs in a class of the 1st Cycle of Primary Education.

Key-words: Medieval fairs; historical recreation; territory; heritage; history and geography teaching; 1st Cycle of Primary Education.

1. Introdução

Nos últimos anos, o domínio das Ciências Sociais da Escola Superior de Educação de Lisboa tem desenvolvido um trabalho de análise e reflexão em torno da sua atividade docente, nomeadamente no campo das atividades investigativas na formação de professores para o primeiro e segundo ciclos do Ensino Básico. A produção de textos, na sequência de encontros científicos ou em revistas especializadas, tem contribuído para divulgar esse trabalho (FERREIRA et al., 2012; DIAS, HORTAS, 2015; DIAS, HORTAS, FERREIRA, 2016; DIAS, 2017; DIAS, FERREIRA, 2017).

Em 2015 nasceu o projeto TempusSpacium – Didática das Ciências Sociais, com a intenção de afirmar o campo das Ciências Sociais e, em particular, da História e da Geografia, enquanto componente estruturante da formação inicial de educadores de infância e de professores do Ensino Básico. A finalidade do projeto centra-se na intenção de promover atividades de investigação científica no âmbito da Didática das Ciências Sociais e da educação para a cidadania e para a diversidade. Neste âmbito, há a destacar a publicação de um *e-book* intitulado TempusSpacium – Didática das Ciências Sociais I, coordenado por Alfredo Dias, Maria João Hortas, Nuno Martins Ferreira e Cristina Cruz (Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa, 2016). Este volume reúne um conjunto de seis artigos cujos autores são mestres em Ensino do 1.º e do 2.º CEB pela Escola Superior de Educação, em parceria com docentes da mesma instituição. Nesses textos apresentam-se diversas abordagens ao estudo

sobre problemáticas associadas à Didática das Ciências Sociais, mais concretamente no que se refere às práticas pedagógicas centradas no Estudo do Meio Social no 1.º CEB e na HGP no 2.º CEB.

Neste artigo, apresenta-se a metodologia subjacente a projeto de investigação levado a cabo por discentes da unidade curricular de Temas da História e Geografia de Portugal e que tinha como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as feiras medievais em Portugal. Para realização deste



trabalho de investigação pretendeu-se responder à seguinte questão histórico-geográfica: Qual a importância espaço-temporal das feiras medievais portuguesas? Desta derivaram as seguintes questões secundárias: Como surgiram e se desenvolveram as feiras no espaço português? Qual a sua importância para a dinâmica funcional das cidades? E qual a necessidade atual de se realizarem feiras históricas? Atualmente verifica-se a existência de diversas feiras medievais na procura de recriação do passado medieval. Com o objetivo de responder a estas questões utilizaram-se vários métodos e instrumentos de recolha de dados, nomeadamente o questionário, a entrevista, recolha de fotografias e pesquisa documental.

Mas antes de apresentar o projeto de investigação e a consequente proposta didática, far-se-á uma ligação entre as competências investigativas da História e da Geografia e a unidade curricular em que se inscreve o projeto; e desenvolve-se diversos conceitos, nomeadamente os de território e património, tendo em conta a sua potencialidade didática.

2. O desenvolvimento das competências investigativas da História e da Geografia na unidade curricular de Temas da História e da Geografia de Portugal

Na unidade curricular de Temas da História e da Geografia de Portugal aposta-se numa abordagem interdisciplinar do passado humano e da sua relação com o Meio, o que implica, no âmbito do estudo da História, a interligação dos conceitos de espaço geográfico e de tempo histórico. Falar em espaço geográfico pressupõe que, por exemplo, um lugar ou região são o resultado da combinação das suas condições geográficas e da sua capacidade de resposta às diversas fases de progresso ou retrocesso que os têm afetado ao longo do tempo. Essas condições geográficas englobam quer o meio natural/físico quer as ocupações económicas ou as estruturas políticas desse local. A sua capacidade de resposta explica como o espaço se tem configurado e qual o seu papel/lugar no mundo global (BATTLORI, 2011). Ciências como a Geografia e a Cartografia assumem, neste contexto, um papel relevante, dado o seu contributo na localização espacial e, consequentemente, na construção da ideia de espaço geográfico e do desenvolvimento de uma cidadania territorial que se quer para o século XXI, que auxilie os indivíduos não só a pensarem o espaço a múltiplas escalas, mas a conhecê-lo melhor para nele intervirem e o transformarem.

Quanto ao tempo histórico, existem várias perspetivas a partir das quais pode ser definido e abordado. Deve-se a BRAUDEL (1990), figura maior da escola historiográfica francesa dos Annales, a divisão do tempo histórico a partir de diferentes dimensões temporais: o tempo longo (estrutural), no qual se insere o tempo geográfico, de interdependência do Homem com o Meio em que vive; o tempo médio (social), que abrange uma geração sensivelmente; e o tempo individual (curto), o dos acontecimentos. No livro intitulado *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de 1949, desenvolveria o conceito de Geo-história, mostrando, a partir dos múltiplos espaços do Mediterrâneo, que a explicação dos fenómenos não se confinava ao olhar particular de uma ciência social mas que tinha de ter em conta as diversas atividades do Homem e os espaços por ele percorridos.

Na mesma linha de Braudel, para Vitorino Magalhães Godinho, seu discípulo, as diferentes disciplinas sociais, separadas entre si, apenas podiam oferecer ângulos parciais de análise dos fenómenos humanos, por isso, a interdisciplinaridade impunha-se para a prática de uma história total, que cruzasse a Geo-história, a História económica e a Sociologia. A recusa de uma história reduzida à narração dos grandes feitos fê-lo inventar os complexos histórico-geográficos, nos quais sistematizou



a ligação de estruturas territoriais num determinado espaço e definidas num determinado tempo (CARDOSO, 2011).

Existem diferentes níveis de temporalidade pois o tempo é um meta-conceito complexo (MENDES, 1993), que requer uma abordagem objetiva a partir de temas específicos para que possa ser compreendido (CRUZ RODRIGUEZ, 2004). Embora o tempo possa apresentar diferentes gramáticas – tempo matemático, astrológico ou filosófico (SOLÉ, 2009) – ao historiador interessam as dimensões temporais sociais e culturais, associadas a outra noção de tempo já enunciada: o tempo histórico.

Apesar da sua complexidade, é unânime entre os historiadores a ideia de que o tempo é a própria essência da História, pelo que a sua importância é inegável e fundamental. Como referem SANTISTEBAN e PAGÉS, *“la historia es tiempo y el tiempo es historia”* (2011: 230), sendo que o tempo histórico pode ser definido, à luz da epistemologia do início do século XXI, como *“la simultaneidad de duraciones, movimientos y cambios diversos que se dan en una colectividad humana a lo largo de un período determinado”* (CRUZ RODRIGUEZ, 2004: 245).

A expressão ‘espaço-tempo’ evoca as relações entre a História e a Geografia, pois as situações geográficas são incompreensíveis ou perdem interesse se não se levarem em conta as evoluções ou transformações mais ou menos antigas que permitem, além do mais, esboçar cenários de futuro. Espacialidades e temporalidades são, assim, essenciais para pensar uma dialética inerente a um raciocínio histórico-geográfico crítico da realidade (LACOSTE, 2005).

Tendo em conta esta complementaridade entre tempo e espaço, os principais objetivos de aprendizagem da unidade curricular procuram desenvolver o conhecimento histórico e geográfico numa perspetiva local, a partir do estudo de um território. São eles: i) aprofundar o estudo e análise de temas do Meio social, a partir da HGP; ii) reconhecer as potencialidades da história local/regional e da geografia dos lugares para o estudo/investigação da HGP; iii) desenvolver técnicas e procedimentos de investigação em História e Geografia; e, iv) conceber e planificar projetos de investigação, a partir de temas da História e Geografia, com um enfoque local.

De modo a cumprir-se estes objetivos, os conteúdos programáticos estão divididos em três grandes dimensões. Na primeira, apresentam-se temas considerados centrais na HGP, e que seguem a proposta curricular para o ensino do 2º CEB: no caso da História, os conteúdos.

Abrangem um arco cronológico que vai da formação de Portugal e a construção da identidade nacional, ao Estado de Direito, entre o período liberal e o regime republicano; no caso específico da Geografia, são trabalhadas as diferentes escalas, as diversidades na geografia física das paisagens, a demografia e a organização do território, e as urbanidades e ruralidades.

A segunda dimensão é a da História e Geografia e património local. Se na primeira são trabalhados conteúdos essencialmente teóricos, nesta procura-se articular conhecimentos adquiridos pelos estudantes como o principal enfoque desta unidade curricular. Incluem-se aqui os seguintes pontos: história local e geografia dos lugares, fontes e métodos; património natural, social e cultural; caracterização do território; e métodos e técnicas de recolha, análise e representação da informação.

A última dimensão dos conteúdos programáticos está relacionada com o principal elemento de avaliação pedido na unidade curricular, sendo eminentemente operativa. Neste sentido, trabalham-se questões de investigação a partir do território e do património; desenvolve-se uma temática/problemática de investigação, bem como a problemática e fundamentação teórica associadas à temática escolhida; constroem-se os objetivos da investigação; delineiam-se as estratégias e métodos de recolha e análise de informação; e estruturam-se as fases do projeto de investigação.



Tendo em conta os objetivos e os conteúdos programáticos, pretende-se aprofundar o conhecimento da HGP, proporcionando uma abordagem temática de alguns temas, partindo dos recursos patrimoniais (natural, social e cultural) que o Meio oferece. Para isso, os estudantes terão de desenvolver um trabalho de pesquisa que parta das potencialidades de um lugar, desenvolvendo, deste modo, as suas competências nos domínios das técnicas de investigação em História e Geografia.

3. Território e património: dois conceitos em articulação para uma didática

Pelo projeto ético-político moderno universalizou-se a razão instrumental, simplificando a gestão do sistema-mundo pela abstração quantitativa, colocando à margem todas as variáveis qualitativas e culturais válidas, tentando reduzir ao máximo a complexidade, operando uma radical perspetiva atomista e instrumental. O paradigma da Modernidade cumpre-se com as suas exigências de eficácia, de racionalização simplificadora do mundo e dos subsistemas político, económico, religioso, etc. Ora, é facto que esta universalização acaba por obrigar todas as sociedades a uma efetiva modernização, que se traduz numa enorme diversidade social, modificando-se qualitativamente as identidades étnicas, de classe e de território, no sentido de uma maior ‘dessocialização’ do homem, concretizada no plano macrossocial. Esta lógica global da Modernidade revela-se nos discursos sobre a uniformização de valores e traços culturais, bem como na retórica da individuação crescente e da diminuição das práticas sociais coletivas, suscitada pelo incremento da mobilidade física das populações e pelo progresso de uma cultura de massas que chega via televisão ou através dos meios e equipamentos de consumo. Esta lógica da homogeneidade inerente ao projecto da Modernidade encontrou o seu expoente máximo na Globalização económica e cultural em que vivemos desde o último quartel do século XX.

A instrumentalização, reinvenção e revalorização do património histórico são suporte de uma estratégia de criação e de aferição de um espírito de lugar. A revalorização da conservação e recuperação dos patrimónios históricos e culturais da memória local para satisfação de uma procura tantas vezes efémera, dá satisfação à manifestação e exposição da diferença do local. Diferença essa que se confronta, na atualidade, com um novo contexto, marcado pelas tendências contraditórias de uniformização e diversidade de estilos de vida, desencadeados pelo consumo; e a mundialização económica do consumo cultural.

O património, na sua função de simbolização e de estratégia representacional, adquire uma centralidade inusitada nos processos de identificação e de promoção locais na sociedade pós-moderna, numa lógica de crescente valorização e gestão estratégica da imagem dos lugares e territórios, para além de que encerra enormes potencialidades enquanto recurso didático para o Estudo do Meio e para o desenvolvimento de uma cidadania territorial.

O conceito de Património encerra uma herança recebida pelas gerações futuras, deixada pelos seus antecessores. Mais do que isso, quando se fala em património importa perceber que essa herança é transmitida mediante uma seleção consciente feita por um determinado grupo humano, *“ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras”* (MOREIRA, 2006: 128). Como apontou ALVES, *“(…) o interesse pelo passado longínquo pode ser um*

meio de aproximação ao passado recente e a reflexividade consciente e crítica pode aproveitar o distanciamento no tempo histórico para melhor se entender a identidade presente (...)” (2006: 70).



O património não tem ‘voz’ própria, isto é, só ganha importância se for revelado e é aqui que se encontra a articulação entre aquele recurso e o elemento animador. A sua revelação pode surgir a partir da interrogação feita no presente sobre uma realidade que é estática e inerte (CUSTÓDIO, 2009; MOREIRA, 2006).

Conhecer o património, sobretudo o local, é, em última instância, projetar uma maior consciência do que existe em termos de património nacional. Neste estudo, mobilizamos o conceito para a descoberta do que a localidade oferece em termos de testemunhos patrimoniais e que podem despertar o aluno para a preservação e defesa de um território que é seu por proximidade física ou afinidade cultural. A educação através da valorização do património local é inclusiva, na medida em que, através de um olhar sobre o que está próximo, tem sempre em vista a aquisição de conhecimentos sobre uma realidade nacional. Esta dimensão está, aliás, presente no Estudo do Meio quando um dos objetivos propostos é precisamente fazer com que o aluno descentre a sua perspectiva egocêntrica do mundo que o rodeia para que sobre este possa ter uma atitude mais consciente e plural. Noutra perspetiva, o património local pode ser uma estratégia importante, não como contraponto ao currículo nacional, mas enquanto auxiliar da dimensão da memorização dentro da sala de aula (JIMÉNEZ, GAITE, 1996) através, por exemplo, de uma visita de estudo. Esta interação, por via da experiência, permite ao aluno viver no meio local um conjunto de sensações que lhe servirão para completar o seu ‘livro de conhecimentos’. Os livros, nomeadamente os manuais escolares, apenas oferecem uma versão parcial da realidade – falam do Meio e não dos muitos meios que existem (ROLDÃO, 2001) – que por si só é plural e rica de acontecimentos e significados.

Mas, para que a descoberta do Meio local seja efetiva e significativa para a criança enquanto aprendizagem, é necessário que o professor invista no seu próprio conhecimento quanto às possibilidades que o Meio próximo proporciona. Saber mais sobre o Meio local é saber mais sobre os seus alunos e isso é um fator determinante para uma melhor relação de ensino/aprendizagem. Um aluno que apreende informação sobre o seu bairro ou cidade, reconhece muitas das vezes situações que já viveu ou de que já ouviu falar no seu ambiente familiar e sente-se mais motivado, porque mais próximo das aprendizagens a realizar. Este é o mundo próximo da criança, sobre o qual esta dispõe desde muito cedo de imagens mais reais porque sobre elas tem uma vivência direta. E à medida que o seu mundo se afasta em termos espaciais, a criança vai tendo dele uma perceção menos definida (BALE, 1999).

Neste âmbito, o estudo e a aprendizagem da História e da Geografia através da caracterização e conhecimento do Meio local podem ser altamente motivadores, cabendo à localidade o papel de “*espaço laboratorial*” (ALVES, 2006: 69) onde professor e aluno trabalham em conjunto sobre uma realidade que lhes está próxima. É mais fácil estruturar o pensamento histórico e geográfico dos alunos através da investigação de fenómenos locais, envolventes à Escola.

A história local, com o seu horizonte de micro-história, desde que regida pelos objetivos científicos do trabalho histórico e adaptados à limitação temática e delimitação cronológica do seu território de investigação, pode e deve constituir-se numa área do saber a valorizar no campo do ensino da História e do cumprimento do seu papel formativo por estas razões: a) permite o desenvolvimento de um trabalho histórico baseado em critérios científicos favoráveis a uma interiorização do processo de construção do conhecimento histórico e a uma conseqüente perceção e sentido evolutivo da vida de uma dada comunidade; b) possibilita um contacto direto e privilegiado com a riqueza patrimonial da comunidade onde o aluno se insere; e, c), esse contacto direto e privilegiado do aluno, com a realidade patrimonial da comunidade onde se insere, constitui-se num fator de estímulo e de motivação intelectual e emocional para a aprendizagem da História e dos mecanismos metodológicos inerentes à construção do seu conhecimento, mediante a interiorização de procedimentos, conceitos e vocabulário específicos da linguagem histórica (CUSTÓDIO, 2009: 58-59).



A feira histórica é hoje um produto da divulgação patrimonial, tantas vezes a uma escala local. Na recriação de feiras históricas, a instrumentalização, (re)criação de símbolos e a (re)invenção do passado histórico – características do processo de patrimonialização – põem em marcha a mercantilização do território, ao serviço do capital turístico. Nesta lógica de promoção de um produto, o património tornou-se um recurso incontornável das estratégias de definição de uma imagem de marca, constituindo-se, ele próprio, como a “marca” que define um certo valor concorrencial e comunicacional. As feiras históricas representam, à semelhança das aldeias históricas e da reabilitação urbana dos centros históricos, um dos modelos identitários de desenvolvimento territorial que mais se tem divulgado, ainda que, com alguma frequência, as mesmas não sejam eminentemente históricas.

Ainda que a citação seja extensa, valerá a pena seguir as palavras de TRAVERSO (2017: 4-5), nomeadamente na crítica que fez a este regime de historicidade, quando afirmou que se trata de uma

“(...) tendencia a la reificación del pasado. (...) El fin de la experiencia transmisible genera los lugares de memoria como un conjunto de sitios, de objetos, de imágenes, de símbolos, que organizan el pasado como un patrimonio, como una propiedad heredada, que se puede exhibir en un museo, por ejemplo, en una muestra, y que es reificada en el sentido mercantil de la palabra, que se transforma en bien de consumo, en mercancía, por medio de la industria cultural. La industria cultural es la mediación fundamental, en el mundo de hoy, que nos permite relacionarnos con el pasado. En consecuencia, el pasado ya no inspira más una imaginación utópica, su percepción está casi exclusivamente dominada, orientada, al consumo global (...)”.

4. (Re)criar uma feira histórica

4.1. Metodologia e conceitos

O trabalho de investigação em torno das feiras históricas partiu de uma questão histórico-geográfica que promovesse um estudo diacrónico, desde a sua fundação à atualidade, daquele tipo de feiras: Qual a importância espaço-temporal das feiras medievais portuguesas? A partir desta questão foram formuladas outras três, secundárias, mas que permitiam aos estudantes desdobrar a primeira pergunta em aspetos considerados importantes para a investigação. As questões secundárias foram as seguintes: Como surgiram e se desenvolveram as feiras no espaço português? Qual a importância para a dinâmica funcional das cidades? Qual a necessidade atual de se realizarem feiras históricas?

Para a obtenção de respostas às questões secundárias e, conseqüentemente, à problemática, recorreu-se, sobretudo, a pesquisa bibliográfica, nomeadamente, livros, dissertações, artigos e revistas. A busca de hipóteses explicativas para as duas primeiras questões secundárias, acima descritas, necessitou de uma contextualização histórica em torno do surgimento e importância das feiras em Portugal. Só desse modo seria possível compreender as razões que levam, na atualidade, à sua recriação à escala nacional.

Como tal, a investigação passou por conhecer a origem das feiras, na Idade Média, sobretudo na sua ligação com o desenvolvimento do comércio terrestre, marítimo e fluvial (PROENÇA, 2015; DELGADO, 2013; RAU, 1983), e com o calendário religioso, pois a realização de feiras coincidia com as mais diversas festas da igreja, nomeadamente a Páscoa, o Corpo de Deus, o dia de São Pedro, etc., e tinham lugar junto à capela de um santo venerado (RAU, 1983).

Outros dos aspetos salientados na investigação foram os do funcionamento jurídico das feiras (DELGADO, 2013); a distribuição espacial das feiras no território nacional, fazendo-se a ponte com a importância destas realizações a uma escala europeia; e o seu declínio, iniciado no período da Expansão Ultramarina, mais especificamente no final do século XV, com o surgimento de outros centros de tráfico importantes e com o desenvolvimento de cidades e vilas que passaram a servir os interesses económicos da sua população (PROENÇA, 2015).

Após esta busca pela contextualização do fenómeno das feiras, nomeadamente no que toca ao seu aparecimento e importância no território nacional, a investigação debruçou-se sobre a terceira questão secundária – Qual a necessidade atual de se realizarem feiras históricas?

A definição de recriação histórica foi importante para perceber esta ‘atração’ do presente pelo passado. Segundo REIS, uma recriação é uma “viagem em busca exclusiva do passado” (2013: 298) que convida os participantes a viajarem para determinado tempo histórico, possibilitando-lhes um olhar sobre o passado do país. Já por recriação histórica entende-se “(...) *um papel desempenhado, no qual os participantes tentam recriar alguns aspetos de um evento histórico ou período. Pode ser um período estritamente definido, tais como uma guerra específica ou outro evento, ou pode ter uma definição mais ampla (...)*” (REIS, 2013: 301). Ou seja, a reconstituição pode ser sobre qualquer época ou sobre qualquer acontecimento histórico, nomeadamente guerras.

Tentou-se igualmente perceber quais os impactos existentes das recriações históricas na última década, em que o reviver a feira histórica, sobretudo as dedicadas à Idade Média e ao século XVI (REIS, 2013), têm um papel cultural de grande destaque em Portugal.

Uma recriação histórica, para se intitular como tal, deverá seguir alguns requisitos como sejam os de reconstruir rigorosamente vários aspetos (vida quotidiana, eventos bélicos, religiosos ou civis, música, artes de rua, etc.) e de definir bem o período histórico que se pretende representar, segundo estudos, textos, documentos da época e investigação arqueológica. Estes requisitos permitirão “(...) *declarar de modo evidente e explícito o período histórico recriado, para por exemplo produzirem adequadamente os seus trajes (civis ou militares), o equipamento e alfaias (...)*” (ROMERO, 2006 *Apud* REIS, 2013: 299).

Nas recriações históricas existem diversos grupos, entre os quais podemos destacar: os grupos locais de rancho folclórico; os grupos culturais que poderão interpretar personagens de cariz religioso ou histórico; os grupos históricos de combatentes que são, sobretudo, praticantes de esgrima medieval, e pessoas que formam grupos pela paixão por História (REIS, 2013).

Para melhor se compreender a lógica que preside a uma recriação histórica convém mencionar dois conceitos importantes e que lhes estão associados, como são o de Living History e o de Re-enactment. O conceito Re-enactment constitui-se como algo mais amplo e significa recriação ou reconstituição, “(...) *recriação de determinado evento histórico sobre o qual colocam em cena os fatos e os seus desenvolvimentos; nomeadamente os eventos bélicos (batalha de Hasting ou a de Aljubarrota), entre outras (...)*” (REIS, 2013: 299).

O conceito de Living History é a “(...) *redescoberta do passado em todas as suas modalidades (civil, tecnológica, científica, artística ou militar) (...)*” (REIS, 2013: 299). Pode ser vista, ainda, como “(...) *uma atividade que incorpora ferramentas históricas, atividades e trajes numa apresentação interativa, fazendo com que os visitantes e os participantes tenham uma sensação de recuar no tempo (...)*” (REIS, 2013: 302).

A técnica de ‘história ao vivo’ chegou a Portugal, a partir da década de 80 do século XX, depois do sucesso em Inglaterra (REIS, 2013). Em Inglaterra, esta técnica surgiu na década de 60 do século XIX. Os seus principais objetivos tinham uma componente científico-pedagógica ligada ao ensino da



História, alastrando-se pela Europa e chegando à América no século XX. Pretendia-se, assim, que o aluno pudesse ter uma aprendizagem ativa e significativa, na medida em que a realidade se tornava mais próxima. Nesse caso, o evento era recriado com bastante rigor histórico, o que pressupunha a investigação histórica como sendo fundamental. Estas iniciativas, que começavam com entidades de ensino (museus, escolas) aproximavam a comunidade local, visto que os mesmos desempenhavam papéis de protagonistas.

Com o tempo, passaram a ter um impacto a nível local, regional, nacional e internacional. O que começou por ser um objetivo a nível educativo (formal e não formal) passou a conhecer uma outra amplitude, nomeadamente com o interesse de promoção turística, fosse de territórios ou regiões, por exemplo. Aqui chama-se a atenção para o turismo cultural, o tipo de atividade turística que mais procura as recriações históricas, não sendo possível desassociar o turismo da atração turística dos ditos eventos históricos, das recriações históricas ou do turismo patrimonial.

Existem diversas vertentes associadas ao turismo cultural que não compreende apenas a procura de eventos ou feiras históricas. Ainda assim, está sobretudo ligado à fruição de valores patrimoniais, assim como um mosaico de atividades ligadas à prática do turismo (REIS, 2013). Segundo OLIVEIRA (2009), a realização de eventos tem vindo a ser considerada uma das mais importantes manifestações de turismo em Portugal e no mundo, sendo notório que os mesmos geram uma dinâmica na economia das localidades.

A viagem como noção literal já existe desde os tempos em que cidadãos se moviam entre terras para trocas comerciais, busca de melhores condições de vida e conquista de novos territórios, porém, só na atualidade essas viagens têm a designação de turismo.

Como ficou dito, existem vantagens de as recriações históricas constituírem um produto turístico, na medida em que é através do turismo que se possibilita a recuperação do património e o desenvolvimento local. Além disso, existe nestes eventos uma associação entre o cultural e o lúdico, conferindo, uma outra dimensão ao turismo cultural, a qual permite às localidades usarem esta estratégia como forma de promover o turismo.

Fez-se referência, noutro ponto, ao facto de existirem alguns requisitos para que se considere, determinado evento, uma recriação histórica. Para tal, exige-se algum rigor histórico, que só se consegue com trabalho de investigação e dispêndio económico, daí o investimento e morosidade destes eventos.

A recriação de feiras medievais, em Portugal, na atualidade, é um sucesso. Todos os anos, são várias as feiras medievais realizadas e todas elas recebem milhares de pessoas que buscam reviver o passado através destas. Assim, neste ponto torna-se necessário abordar que sentimentos movem os indivíduos a quererem fazer parte deste género de eventos.

Quando se fala de um indivíduo inserido num ambiente cultural e social, surge o conceito de identidade cultural que significa *“(...) ter uma nação, uma entidade espacialmente delimitada, onde tudo aquilo compartilhado pelos que a habitam – língua, objetos, costumes – os diferenciaria dos demais de forma nítida (...)”* (CANCLINI, 2006 Apud SOUZA, 2014: 94). Nesta definição de cultura, a identidade é destabilizada pela globalização, *“(...) fenómeno que submete culturas nacionais a toda a sorte de interação e intervenção (...)”* (SOUZA, 2014: 95). Assim, a identidade é, pois, *“(...) um processo permanente influenciado pelas culturas nacionais e modelado pelos processos globalizadores, calcado na provisoriedade e instabilidade, transformando-se a cada momento (...)”* (SOUZA, 2014: 96). Ou seja, a identidade está em contante transformação.

Nesta necessidade de construção de identidade, a memória é, verdadeiramente, importante pois, *“(...) é preciso resolver o passado para narrar-se, para construir uma identidade, para constituir-se*



como sujeito diante do outro e posicionar-se dentro do grupo (...)” (SOUZA, 2014: 98) ou seja, *“a memória é a identidade em ação”* (CANDAU, 2011 *Apud* SOUZA, 2014: 98).

Deste modo, compreende-se que as recriações históricas sejam realizadas por sentimentos de busca da identidade. Representam uma forma de o indivíduo lembrar o passado e com isso construir a sua identidade. O homem sente dificuldade em viver o momento presente, alheando-se do seu passado. Por esta razão, necessita de conservar o seu passado e de produzir um património memorial (SOUZA, 2014). *“Os esforços de memoriais são identitários: aproximam o passado do presente, fazem o homem trazer rente a si o passado, marcado no corpo e na alma (...)*” (CANDAU, 2011 *Apud* SOUZA, 2014: 108).

A memória é assim uma forma de construir o passado no presente, ou de reviver o passado no presente. Deste modo, reflete-se sobre o que aconteceu e conserva-se essa nova memória. A cada rememoração passa-se pelo mesmo processo e é assim que a memória leva à identidade, através da sua reconstrução.

Para além dos conceitos abordados da memória e identidade que foram essenciais para explicar o que move o indivíduo a querer reviver o passado, a patrimonialização é outro sentimento que também tem implicações nas recriações históricas. Por esta razão, será aqui brevemente descrito.

O conceito de Património está intimamente ligado ao de espaço e/ou local de observação e investigação permanente no qual, a sua exploração é um elemento fundamental para o turismo. A noção contemporânea do património assenta na uniformização de valores e questões culturais que se mantêm inalteráveis a nível cultural. Segundo Peixoto (2001, 2003, 2004 *Apud* MENDES, 2010), o património presta-se a ações pedagógicas, turísticas, políticas, económicas e de experiências técnicas de ponta. Toda a zona urbana deverá ser reconhecida como um ambiente possuidor de uma herança social, cultural e histórica, mas também como uma circunspeção de recursos.

Associada a esta temática de revalidação de espaços não-urbanos está a invenção da tradição como conceito pois, apesar de se pensar que esta noção deriva de um tempo passado a verdade é que, tal como refere GIDDENS (1999), o conceito de tradição não passa de uma criação da modernidade.

Segundo HOBBSAWN e RANGER (1983), a invenção da tradição, pós-revolução industrial, manifesta-se através de três modalidades que se tocam: a) a que estabelece ou simboliza coesão social ou pertença a grupos e comunidades, reais ou fictícios; b) a que estabelece ou legitima instituições, *status* ou relações de autoridade; e, c), a que socializa, inculca crenças, sistema de valores e convenções comportamentais.

Ao refletirmos sobre as modalidades sugeridas por HOBBSAWN e RANGER (1983) verificamos que, na sua maioria, a que mais dá identidade ao espaço não-urbano será a primeira pois é a que defende uma união social, sentimento comunitário em áreas vazias ou de habitações de indivíduos únicos.

Conclui-se assim que, no período do Pós Segunda Grande Guerra, as zonas rurais foram alvo de profundas alterações devido às desvalorizações dos povos e abandono destes espaços não-urbanos. Ainda assim, esta transformação desencadeou uma maior sensibilidade na sociedade pelas preocupações ambientais, naturais, habitacionais e de lazer/turismo nestes locais.

O património servirá então como uma herança cultural e não como uma invenção da modernidade pois é o espelho da reconstrução identitária dos territórios rurais, que já não tem por norma ser esquecido. Estes territórios são cada vez mais anunciados, para dar resposta a desafios nacionais no âmbito ambiental, dando novos sentidos e funcionalidades ao meio respetivo. Em suma, o património *“(...) faz prova da existência de uma determinada identidade. Esta, por seu turno, insinua-se e justifica-se na medida em que se revela caucionada por um património (...)*” (MENDES, 2010: 16).



4.2. Trazer o passado para o presente: uma proposta didática para uma turma de 1.º Ciclo do Ensino Básico

4.2.1. O projeto *Viagens Medievais*

O projeto denominado *Viagens Medievais* destina-se a uma turma do 4.º ano de escolaridade do 1.º CEB, e tem como principal objetivo recriar uma feira medieval com base nas descrições de cartas de feira e nos costumes do reinado de D. João I. Este é também subdividido em vários momentos sejam eles de exposição, investigação colaborativa, partilha/discussão de ideias e/ou reflexão. De acordo com as tarefas propostas ao longo do projeto e as modalidades de trabalho adotadas, organizou-se o tempo destinado a cada atividade consoante a necessidade do grupo/turma. Toda a sequência de atividades está orientada para ocorrer durante dez sessões. O número determinado de sessões corresponde à execução de todas as tarefas presentes na sequência de atividades. Denote-se que a recriação da feira medieval de Barcelos será a tarefa que ocupará mais tempo de análise, recolha e organização de informação. Além disso, esta recriação deverá ser um trabalho desenvolvido por etapas, ou seja, pretende-se que seja desenvolvido ao longo de várias semanas.

Todo o trabalho será desenvolvido coletivamente (grande grupo) ou em pequenos grupos, geralmente, de quatro elementos cada. Na construção de um projeto é necessário estabelecer objetivos gerais, claros e concretos, tendo em conta aquilo que pretendemos que o grupo/turma adquira em relação ao conhecimento específico das feiras medievais. Neste caso, podemos destacar os seguintes: a) desenvolver e estruturar noções de espaço e de tempo, e identificar alguns elementos relativos à HGP; b), utilizar alguns processos simples de conhecimento da realidade envolvente (observar, descrever, formular questões e problemas, avançar possíveis respostas, ensaiar, verificar), assumindo uma atitude de permanente pesquisa e experimentação; c) selecionar diferentes fontes de informação (orais, escritas, observação... etc.) e utilizar diversas formas de recolha e de tratamento de dados simples (entrevistas, inquéritos, cartazes, gráficos, tabelas); d) utilizar diferentes modalidades para comunicar a informação recolhida; e, e), reconhecer e valorizar o seu património histórico e cultural e desenvolver o respeito por outros povos e culturas, rejeitando qualquer tipo de discriminação (DEB, 2004: 103-104).

4.2.2. O património do programa do Estudo do Meio (1.º CEB)

A temática insere-se no Bloco 2 – À descoberta dos outros e das instituições – segundo a Organização Curricular e Programas para o Ensino Básico, prevista no tema sobre o passado nacional, sobre o qual se evidenciam as seguintes metas curriculares: i) conhecer personagens e factos da história nacional com relevância para o meio local (batalha ocorrida em local próximo, reis que concederam forais a localidades da região...); ii) conhecer os factos históricos que se relacionam com os feriados nacionais e seu significado; iii) recolher dados sobre aspetos da vida quotidiana de tempo em que ocorreram esses factos; e, iv) localizar os factos e as datas estudados no friso cronológico da História de Portugal (DEB, 2004: 113-114).

No final do 1.º CEB, as crianças têm uma maior propensão para formular hipóteses e realizar deduções sobre aspetos que não estão presentes ou com os quais não interagem diariamente, como por exemplo, as feiras. Além disso, através da sua interação direta com o contexto e o Meio que as rodeia, os alunos possuem um conjunto de experiências e saberes relacionados com esse meio, o qual deve ser mobilizado, possibilitando aprendizagens significativas e mais complexas.

De um modo geral, pode dizer-se que o Estudo do Meio constitui uma disciplina do currículo em que se espera que as crianças adquiram valores e atitudes cívicas que lhes permitam ser futuros cidadãos – responsáveis e conscientes – capazes de conhecer o mundo e o meio envolvente sendo que, a sua



compreensão leva à criação de uma identidade global. Deste modo, pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos e capacidades e desenvolvam e interiorizem atitudes e valores para compreenderem a realidade física e social do mundo em que vivem, por forma a assumirem, no futuro, o papel de cidadãos ativos e intervenientes numa sociedade democrática em permanente transformação (DIAS, HORTAS, 2015).

Nos objetivos gerais apresentados no programa de Estudo do Meio, para o 1º CEB (DEB, 2004), o último é dedicado exclusivamente à dimensão patrimonial: *“Reconhecer e valorizar o seu património histórico e cultural e desenvolver o respeito por outros povos e culturas, rejeitando qualquer tipo de discriminação (...)”* (DEB, 2004: 104). Apesar disso, existem outros objetivos gerais em que há, ainda que indiretamente, menção a práticas que podem ser associadas à dimensão patrimonial. Por exemplo, no terceiro objetivo a identificação dos principais elementos do Meio social próximo inclui *“atividades humanas”* (DEB, 2004: 103); no quinto objetivo refere-se o desenvolvimento e estruturação de *“noções de espaço e de tempo”* bem como a identificação de *“alguns elementos relativos à História e à Geografia de Portugal”* (DEB, 2004: 103); ou o sétimo, que apresenta diversas fontes de informação como sejam as orais ou escritas.

Na introdução ao bloco 2, a apropriação do tempo histórico inicia-se no seio familiar e vai-se alargando até ao conhecimento da *“(...) história do meio local e às suas ligações com a história nacional (...)”* (DEB, 2004: 110). Para o conhecimento desta dupla dimensão local/nacional importa que os alunos reconheçam que os vestígios de outras épocas (sejam eles monumentos, fotografias, documentos escritos, tradições, etc.) constituem fontes de informação que eles podem utilizar, de uma forma elementar, na reconstituição do passado. Pretende-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de atitudes de respeito pelo património histórico, sua conservação e valorização (DEB, 2004: 110).

De acordo com a lógica do programa do Estudo do Meio, o conhecimento do passado do meio local (DEB, 2004, ponto 3: 112-113) é feito no 3º ano de escolaridade. Aqui, a expectativa é a de que o aluno consiga *“identificar figuras da história local presentes na toponímia, estatuária, tradição oral”*; *“conhecer factos e datas importantes para a história local”*; *“conhecer vestígios do passado local”* como sejam construções, instrumentos ligados a atividades humanas ou *“costumes e tradições locais”*. Por fim, surge a necessidade de *“reconhecer a importância do património histórico local”*. Tendo em conta os elementos que são considerados importantes para o conhecimento do passado do meio local, o último ponto, o do reconhecimento da importância do património, não necessitaria de ser formulado. A inclusão da estatuária, dos vestígios do passado local, dos edifícios e monumentos ou dos costumes, tem subjacente o conhecimento, valorização e preservação do património nas suas mais variadas categorias.

No bloco 6 – À descoberta das inter-relações entre a natureza e a sociedade – são abordados, no 3º ano, conteúdos que tenham relevância numa escala local, sejam eles ligados à agricultura, à criação de gado, à pesca ou à indústria, por exemplo. A dimensão patrimonial está implícita neste bloco, seja na investigação de *“algumas técnicas tradicionais e modernas e instrumentos”* agrícolas (DEB, 2004: 127) ou no *“levantamento das indústrias existentes no meio local”* (DEB, 2004: 128). O ponto 7 deste bloco diz respeito ao turismo no meio local, em que se pede aos alunos que possam identificar *“alguns factores de atracção turística”* (DEB, 2004: 129) e que incluem monumentos.

Ainda no bloco 6, o ponto 2 do 4º ano diz respeito à qualidade do ambiente, sendo que, no caso do ambiente próximo, é pedido que se identifiquem e observem *“alguns factores que contribuem para a degradação do meio próximo”* (DEB, 2004: 130). Para além das lixeiras e das indústrias poluentes (no ponto anterior, os alunos ficam a conhecer melhor as principais indústrias nacionais e a sua produção), o programa aponta claramente para a destruição do património histórico.



Neste ciclo de ensino, a aproximação à História de Portugal é feita através de vestígios do passado como sejam os monumentos, as principais figuras associadas à história local, tradições e práticas humanas que tenham uma direta relação espacial com o aluno, cidadão de um determinado território.

4.2.3. A sequência de atividades em torno das feiras medievais

A organização da proposta de planificação apresentada neste artigo encontra-se de acordo com as fases avançadas por DIAS e HORTAS (2015: 190), tais como: i) análise das ideias prévias dos alunos sobre a temática/problema a ser estudado; ii) organização da recolha e tratamento de informação; e, iii) conceptualização, generalização de situações concretas e relações entre conceitos, de modo a encontrar possíveis respostas para as questões de partida; apresentação dos resultados.

A proposta consiste na realização de uma feira medieval, durante o século XIV, no reinado de D. João I. Deste modo, o projeto Viagens Medievais constitui uma estratégia de consolidação de conhecimento na qual se espera que os alunos retirem aprendizagens significativas, sobre a origem e realização de feiras medievais.

De seguida, apresentar-se-á uma planificação de uma sequência de atividades que integra os conteúdos e conceitos desenvolvidos; estratégias e atividades relacionadas, e objetivos específicos.

4.2.3.1 Atividade 1 – Registo das conceções prévias dos alunos sobre “Feiras Medievais”

Objetivo específico: Identificar os pressupostos de uma Feira Medieval.

Conteúdos/Conceitos: Feira medieval; reinado de D. João I; trocas comerciais.

Estratégia/atividade: Diálogo com os alunos para construir, em turma, uma nuvem de ideias (com palavras-chave) sobre características de uma feira medieval. As palavras-chave serão palavras como feira, troca, comércio, entre outras. O professor poderá dividir as palavras-chaves enunciadas por categorias, como por exemplo: quem participa, o que se vende, como se organiza, regras, deveres dos comerciantes, etc. Posteriormente, as conclusões serão registadas numa tabela.

4.2.3.2. Atividade 2 – Análise documental e seleção de informação

Objetivo específico: Identificar o tipo de feiras durante o reinado de D. João I.

Estratégia/atividade: O professor dá aos alunos uma análise de uma carta de feira (feira de Barcelos, 1412, *Apud* RAU, 1983: 139-140). Os alunos devem ler atenciosamente a mesma e, em grupo, juntamente com o professor, deverão selecionar informação pertinente sobre a feira escolhida.

4.2.3.3. Atividade 3 – Tratamento da informação

Objetivo específico: Desenvolver técnicas de investigação.

Estratégia/atividade: O professor pede aos alunos que se organizem em grupos de quatro elementos. Cada grupo terá a possibilidade de investigar um dos dados recolhidos na análise à carta de feira. Os



dados são relacionados com o reinado de D. João I, as feiras francas e o tipo de produtos comercializados neste reinado. A investigação é feita através de excertos livros e pesquisa orientada na internet. Os excertos de livros serão dados pelo professor aos alunos. Alguns destes excertos não terão informação relacionada com as feiras, mas com aspetos implícitos às mesmas como os produtos comercializados e o modo de organização das trocas comerciais. A informação recolhida servirá de enquadramento para a recriação histórica. Segue-se a listagem feita pelos alunos das feiras portuguesas que ocorreram durante o reinado de D. João I.

Para além do mapa das feiras medievais em Portugal Continental, retirado de Rau (1983), apresentase, de seguida, alguns exemplos de referências a usar neste projeto: Sylvie Deraime e Émilie Beaumont – As Grandes Explorações. Lisboa: Pannini Books, 2005; António do Carmo Reis – Atlas da História da Europa. Porto: Porto Editora, (s.d.); Carlos Letra – História Cronológica do Meu Portugal. Lisboa: Gailivro, 2004; Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada – Portugal – Histórias e Lendas. Lisboa: Editorial Caminho, 2001; História de Portugal I. Lisboa: Edições Girassol Edições, (s.d.); Bernardo Barrosa – Conhece a tua história – História de Portugal, 1.º Ciclo do Ensino Básico. Maia: Nova Gaia, 2004.

4.2.3.4. Atividade 4 - Recriação de uma Feira Medieval

Objetivo específico: Recriar uma feira medieval tendo em conta as suas características.

Estratégia/atividade: Em grupo, espera-se que os alunos decidam sobre a feira medieval que pretendem recriar e o tempo histórico associado – tendo o professor um papel secundário, em que apenas está presente para mediar a discussão. Em assembleia, os alunos decidem que pretendem recriar a feira medieval de Barcelos. Os alunos organizam-se em grupos de quatro elementos e o professor distribui por todos tarefas diferentes. Os grupos 1 e 2 terão como intuito organizar e tratar informação pertinente – informação esta que estará disponível em alguns documentos anteriormente analisados e em sítios virtuais como o da Câmara Municipal de Barcelos. A informação obtida deverá conter aspetos fundamentais sobre aquela feira medievla. O grupo 3 terá de extrair informação sumária do regulamento da feira medieval e realizar uma ficha de orientação na seleção da informação. Os grupos 4 e 5 ficarão responsáveis por recolher, selecionar e organizar informação – na internet e em livros previamente selecionados pelo professor que serão requisitados na biblioteca da escola – relacionados com os tipos de produtos comercializados no passado medieval, classes sociais que frequentavam as feiras e em que locais se faziam (dentro ou fora da muralha); o grupo 6 fará uma recolha de informação nos excertos de livros buscando dados sobre: como se vestiam as pessoas nesse século (deslocar-se-ão ao museu do traje para consolidar conhecimento); a legislação denominada *paz da feira* (investigação na internet); e que medidas foram tomadas para melhorar e aumentar as trocas comerciais. Os alunos terão duas semanas para preparar o trabalho realizado entre o grupo e com o apoio dos encarregados de educação. Ao fim de duas semanas, os grupos terão de apresentar aos outros colegas as informações que descobriram. Essas informações serão fundamentais para uma recriação aproximada do passado. Existirão grupos a pesquisar sobre o *modus operandi* do presente, com o objetivo de, em contexto de sala de aula, compararem o que existiu com o que existe e saber que há regras que permaneceram ao longo dos séculos e outras que surgiram mais recentemente devido às necessidades de uma sociedade moderna. É fundamental que as crianças entendam o progresso histórico subjacente. Para que nenhuma informação seja perdida, o professor constrói um mapa mental onde constarão todos os pressupostos inerentes à recriação.

Para reorganizar os grupos de trabalho, o professor utiliza o *Group Maker by Class Dojo* para permitir que os alunos trabalhem em colaboração com outros colegas. Esta reorganização de grupos servirá,



essencialmente, para definir os seus papéis na recriação histórica, isto é, quais serão os alunos a desempenhar o papel de comerciantes, cobradores da sisa, controladores do regulamento, etc.

O projeto da recriação da feira medieval de Barcelos deverá ser anunciado à comunidade educativa através de um convite e apresentado na semana seguinte. A feira será recriada no átrio da escola, facilitando a visibilidade e acesso a participantes e visitantes. Todos os materiais e decoração da época medieval serão construídos pelos alunos com orientação do professor, tais como: barracas de cartão, alimentos fictícios, placas de preço por unidade, símbolo da paz na feira (cruz alta), moedas, placas informativas, etc. Além dos comerciantes, estarão também disfarçados alguns alunos de plebeus, nobres, estrangeiros de visita, de rei D. João I, de guardas para averiguar se a paz na feira é mantida, e de controladores de câmbio e cobradores da sisa. Os alunos deverão ensaiar o seu papel durante pelo menos uma semana. A organização do espaço será em 'U' facilitando assim, a passagem por todos os postos comerciais e aumentando a probabilidade de socialização entre visitantes e alunos.

Notas Finais

A dimensão investigativa é central na abordagem à História e à Geografia na unidade curricular de Temas da História e Geografia de Portugal. É através da indagação da realidade, mais ou menos próxima, e dos procedimentos relativos ao método investigativo, que os mestrandos exercitam a sua capacidade de conhecer, através da pesquisa, tratamento da informação e comunicação, um determinado tema.

O exemplo que aqui foi referenciado, o das feiras históricas, permite não apenas 'mergulhar' no tempo longo da História para averiguar o modo como foram criadas e implementadas no território nacional, sobretudo no que toca à importância para a vida das comunidades locais e para a construção e consolidação das fronteiras portuguesas, mas também identificar as continuidades e descontinuidades que essas realizações têm nos dias de hoje.

Com efeito, a valorização do património histórico, nomeadamente neste caso da realização de eventos como são as feiras medievais, passa por uma reinvenção do passado e, tantas vezes, por uma instrumentalização não do que esse passado foi, porque nunca o vimos e o que conhecemos dele é-nos oferecido através das fontes documentais, mas do que se quer que esse passado represente na atualidade.

Este trabalho de investigação, que teve por suporte a capacidade didática da ligação entre território e património, apresenta três potencialidades. A primeira é a de preparar os futuros professores do ensino básico para o desenvolvimento de atividades que não se confinem às paredes da sala de aula e que coloquem os alunos em contacto e articulação com a comunidade envolvente. Aqui, a pesquisa é uma dimensão essencial, ainda que invisível, no trabalho que o professor deve ter para orientar a construção de um projeto de natureza histórica com os seus alunos. A segunda potencialidade é a de, na mesma medida em que o professor veste a pele de investigador, transformar ou, no mínimo, 'seduzir' os alunos para a construção da história, ou seja, induzir os mais novos no conhecimento do passado histórico através da investigação e da produção de informação com base nessa pesquisa. Por fim, a terceira potencialidade, porventura a mais importante e aquela que assume um caráter transversal à estrutura escolar, é a que mostra o caminho da importância de um olhar crítico para com a atualidade e para com as diferentes formas que o passado assume na contemporaneidade. E aqui estamos a falar de uma dimensão de cidadania mais responsável, porque mais atenta ao caminho que a promoção do património leva, cada vez mais a reboque dos interesses económicos.



BIBLIOGRAFIA

ALVES, Luís – A história local como estratégia para o ensino da história. In AAVV - Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. ISBN 972-8932-07-3. p. 65-72.

BALE, John – Didáctica de la Geografía en la Escuela Primaria. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura [Ediciones Morata], 1999. ISBN 9788471123367.

BATTLORI, Roser – Enseñar y aprender el espacio geográfico. In SANTISTEBAN, Antoni e PAGÈS, Joan, (coord.) – Didáctica del conocimiento del medio social y cultural en la educación primaria. Ciencias sociales para comprender, pensar y actuar. Madrid: Editorial Síntesis, 2011. ISBN 978-84-9756-773-2. p. 249-267.

BRAUDEL, Ferdinand – História e ciências sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1990. ISBN 978-9722-3110-21

CRUZ RODRIGUEZ, María Alcázar – Tiempo histórico y su tratamiento didáctico. In DOMINGUEZ GARRIDO, María Concepción (coord.) – Didáctica de las ciencias sociales. Madrid: Pearson Educación, 2004. ISBN 84-205-3453-6. p. 234-259.

CUSTÓDIO, Maria Celeste Fortunato – A relação escola-museu: contributo para uma didáctica do património. 2009. Dissertação de mestrado em Didáctica da História. Acessível na Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

[DEB] DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1º Ciclo. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2004. ISBN 972-742-169-5.

DELGADO, Carla – ‘Eventful Cities’ and Cities of Events – Medieval events in Portugal – A Comprehensive Study. 2013. Dissertação de mestrado em Marketing e Promoção Turística. Acessível na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.

DIAS, Alfredo; FERREIRA, Nuno Martins – Operação histórica e didáctica da história na formação inicial de professores. In AAVV, eds. – Livro de atas do II Encontro internacional de formação na docência, INCTE 2017. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2017. ISBN 978-972-745-222-4. p. 164-172.

DIAS, Alfredo; HORTAS, Maria João; FERREIRA, Nuno Martins – O tempo e o espaço no ensino da história e da geografia na formação inicial de professores da Escola Superior de Educação de Lisboa. In Atas do XIII Congresso SPCE - Fronteiras, diálogos e transições na educação. Viseu: Escola Superior de Educação de Viseu, 2016. ISBN 978-989-96261-6-4. p. 1201-1209.

FERREIRA, Nuno Martins; MARTINS, Célia; HORTAS, Maria João; DIAS, Alfredo – Do património local ao currículo nacional: análise de projetos no âmbito das metodologias de ensino de história e geografia para o 1º e 2º ciclos do ensino básico. In Atas do V Encontro do Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais – Escola e comunidade. Lisboa: Centro de Interdisciplinar de Estudos Educacionais, 2012. ISBN 978-989-95733-3-8. p. 499-512.

GIDDENS, Anthony – Runaway World. Oxford: Blackwell, 1999. ISBN 978-1861974297.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence – The Invention of Tradition. Cambridge, Cambridge University Press, 1983. ISBN 0 521 26985 7.

JIMÉNEZ, Antonio; MARRÓN GAITE, María Jesús – Enseñar Geografía. Madrid: Editorial Síntesis, 1996. ISBN 9788477382768.



LACOSTE, Yves – Dicionário de geografia: da geopolítica às paisagens. Lisboa: Teorema, 2005. ISBN 9789726956426.

MENDES, José Maria Amado – A história como ciência: fontes, metodologia e teorização. Coimbra: Coimbra Editora, 1993. ISBN 9789723206272

MENDES, Luís – Patrimonialização e reinvenção da tradição no turismo em espaço rural: O projecto das aldeias históricas. In III Seminário Internacional da Memória e da Cultura Visual, Cabeceiras de Basto, 26 e 27 de Março, 2010.

OLIVEIRA, Maria do Rosário – Os impactos dos eventos turísticos – o caso da viagem Medieval em Santa Maria da Feira. Dissertação de mestrado em Ciências Empresariais. 2009. Acessível na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

PROENÇA, Maria Cândida – Uma história concisa de Portugal. Lisboa: Temas e Debates, 2015. ISBN 9789896443764.

RAU, Virgínia – Feiras medievais portuguesas. Lisboa: Editorial Presença, 1983. ISBN 978-972-23-0044-5

REIS, Roberto – As recriações históricas em Portugal – Perspetivas e impactos. In CRAVIDÃO, Fernanda; SANTOS, Norberto (coords.) – Turismo e cultura. Destinos e competitividade. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-0544-9. p. 297-335.

ROLDÃO, Maria do Céu – Estudo do Meio no 1º Ciclo. Fundamentos e estratégias. Lisboa: Texto Editora, 2001. ISBN 9724707377.

SANTISTEBAN, Antoni; PAGÈS, Joan – Enseñar y aprender el tiempo histórico. In SANTISTEBAN Antoni; PAGÈS, Joan (coords.) – Didáctica del conocimiento del medio social y cultural en la educación primaria. Ciencias sociales para comprender, pensar y actuar. Madrid: Editorial Síntesis, 2011. ISBN 978-84-9756-773-2. p. 229-247.

SOLÉ, Maria Glória – A história no 1º Ciclo do Ensino Básico: a concepção do tempo e a compreensão histórica das crianças e os contextos para o seu desenvolvimento. 2009. Tese de Doutoramento. Acessível no Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

CARDOSO, José Luís – Vitorino Magalhães Godinho and the Annales School. E-Journal of Portuguese History. [Em linha]. 9(2), (2011), p. 105-114. [Consult. 2 de out 2017]. Disponível em [www: <URL:http://hdl.handle.net/10451/6766 >](http://hdl.handle.net/10451/6766)

DIAS, Alfredo – História e desenvolvimento de competências na educação básica: a experiência da ESELx. Da Investigação às práticas [Em linha]. 7 (1) (2017), p. 63-90. [Consult. 25 de maio 2017]. Disponível em [www: <URL:https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/122>](https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/122).

DIAS, Alfredo; HORTAS, Maria João – Desenvolvendo competências investigativas em Estudo do Meio no 1.º CEB: abordagens a partir da didática da história e da geografia. Saber & Educar. [Em linha]. 20 (2015), p. 188-200. [Consult. 12 de abril 2017]. Disponível em [www:<URL:http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/160>](http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/160)

MOREIRA, Carla – O entendimento do património no contexto local. Oppidum [Em linha]. 1 (2006), p. 127-140. [Consult. 20 de out 2017]. Disponível em [www: <URL:https://tinyurl.com/ybvwtbhx>](https://tinyurl.com/ybvwtbhx)

SOUZA, Maria Jantsch – A memória como matéria-prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. Revista Graphos [Em linha]. vol. 16, nº 1 (2014), p. 91-117. [Consult. 5 dez 2017]. Disponível em [www:<URL:http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/view/20337/11264>](http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/view/20337/11264). ISSN 1516-1536 1

TRAVERSO, Enzo – Políticas de la Memoria en la era del neoliberalismo. Aletheia [Em linha]. 7, (14), p. 1-11 (2017). [Consult. 18 dez 2017]. Disponível em [www:<URL:http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7907/pr.7907.pdf>](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7907/pr.7907.pdf). ISSN 1853-3701

